

▶ Em destaque, os atos normativos incluídos nessa atualização.

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
População mais vulnerável	Antecipação da primeira e da segunda parcelas do 13º de aposentados e pensionistas do INSS para abril e maio .	
	Valores não sacados do PIS/Pasep serão transferidos para o FGTS para permitir novos saques.	
	Antecipação do Abono Salarial para junho.	MP 927, de 22 de março de 2020 – medidas trabalhistas
	Antecipação do pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a portadores de deficiência que aguardam perícia do INSS.	
	Reforço ao programa Bolsa Família: suspensão de bloqueios e averiguação cadastral para inclusão de mais de 1 milhão de pessoas no programa.	Ministério da Cidadania Portaria nº 335, de 20 de março de 2020
	Crédito Extraordinário para o programa Bolsa Família (3 bilhões) .	MP 929, de 25 de março de 2020 – crédito extraordinário.
	Voucher de R\$ 600 para trabalhadores informais e autônomos , por 3 meses.	Projeto de Lei nº 9236/2017 (aprovado Câmara / aguarda votação no Senado)
	Redução do teto de juros do consignado , aumento da margem e do prazo de pagamento.	Conselho Nacional de Previdência Social Resolução nº 1338, de 18 de março de 2020
	Suspensão da prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias.	INSS Portaria nº 373, de 16 de março de 2020
	Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) .	Ministério da Cidadania Portaria nº 330, de 18 de março de 2020
Vedação da suspensão de fornecimento de energia elétrica por inadimplemento de unidades consumidoras, inclusive população de baixa renda.	Agência Nacional de Energia Elétrica Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Manutenção de empresas e empregos	CUSTOS OPERACIONAIS E FINANCEIRO	
	¹ Suspensão da exigibilidade do recolhimento do FGTS por três meses (março, abril e maio).	Caixa Econômica Federal Circular nº 893, de 24 de março de 2020
	Suspensão, por 3 meses, da parcela da União no pagamento do Simples Nacional .	Secretaria Especial da Fazenda - ME Resolução nº 152, de 18 de março de 2020
	Custeio, por parte do INSS, dos 15 primeiros dias de afastamento dos empregados contaminados pelo novo coronavírus .	
	Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses.	
	Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União.	Ministério da Economia Portaria nº 103, de 17 de março de 2020
	Condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União.	PGFN Portarias nº 7.820 e 7.821, de 18 de março de 2020
	Facilitar, antes do desembarque, o desembaraço de insumos e matérias-primas industriais importadas .	
	Apoio às empresas de aviação civil (suspensão temporária do pagamento das contribuições pagas nos aeroportos privatizados e 12 meses para realizar reembolso aos passageiros).	MP 925, de 18 de março de 2020 – medidas emergenciais para a aviação civil brasileira
	Ampliação do prazo de validade da Certidão Negativa de Débito (CND) de 60 para 180 dias, prorrogável, em caso de calamidade pública, por mais 180 dias.	MP 927, de 22 de março de 2020 – medidas trabalhistas (art. 47)
Prorrogação, por 90 dias, da validade das certidões negativas de débitos federais .	RFB/PGFN Portaria Conjunta nº 555, de 23 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Manutenção de empresas e empregos	RELAÇÕES DE TRABALHO	
	Permissão para redução de jornada e salário por ajuste direto, com compensação pelo seguro-desemprego aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos.	
	Flexibilização de regras trabalhistas. - Suspensão, por 3 meses, do pagamento do FGTS : art. 19 ¹	MP 927, de 22 de março de 2020 – adequações trabalhistas.
	CRÉDITO	
	Ampliação do crédito de R\$ 5 bilhões do PROGER/FAT para Micro e Pequenas Empresas com a criação da linha Proger Urbano Capital de Giro.	Conselho Deliberativo do FAT – ME Resolução nº 850, de 18 de março de 2020
	Ampliação da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas em R\$ 5 bilhões para o financiamento de capital de giro.	Anunciado pelo BNDES
	Suspensão de pagamentos de financiamentos do BNDES feitos por operações diretas e indiretas.	Anunciado pelo BNDES
	Ampliação do crédito do Banco do Brasil a empresas e famílias (R\$ 100 bilhões).	Anunciado pelo Banco do Brasil
	Redução dos juros e suspensão, por 60 dias, do pagamento de dívidas com a Caixa Econômica Federal .	Anunciado pela Caixa Econômica Federal
	Redução da taxa básica de juros, Selic , de 4,25% para 3,75%.	Decisão anunciada pelo COPOM, 18 de março de 2020
Redução das alíquotas dos compulsórios sobre depósitos a prazo (de 25% para 17%).	BACEN Circular nº 3.993, de 23 de março de 2020	
Flexibilização de regras das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) .	Banco Central Resolução nº 4.787, de 23 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
	CRÉDITO	
Manutenção de empresas e empregos	Aperfeiçoamentos nas regras do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCP) .	Banco Central Circular nº 3.986, de 20 de fevereiro de 2020
	Realização de operações compromissadas em dólar .	Banco Central Circular nº 3.990, DE 18 de março de 2020
	Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) .	Banco Central Resolução nº 4.785, de 23 de março de 2020.
	Concessão de empréstimos para bancos garantidos em debêntures.	Banco Central Resolução nº 4.786, de 23 de março de 2020.
	Ampliação do limite de recompra de Letras Financeiras .	Banco Central Resolução nº 4.788, de 23 de março de 2020.
	Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano.	Banco Central Resolução nº 4.783, de 16 de março de 2020.
	Isonomia tributária em operações de proteção de investimentos no exterior .	
	Operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPF) .	
	Redução do spread do nivelamento de liquidez.	
	Empréstimo com lastro em Letras Financeiras (LF) garantidas por operações de crédito.	
	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito.	Banco Central Resolução nº 4782, de 16 de março de 2020

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Combate à pandemia	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	
	Orçamento extra para aquisição de equipamentos e insumos hospitalares.	MP 924, de 13 de março de 2020 – crédito extraordinário no valor de R\$ 5 bilhões
	Adiamento do CENSO 2020 para 2021, com recursos destinados ao Ministério da Saúde.	
	Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS.	
	Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar <i>(até setembro de 2020)</i> .	CAMEX – ME Resolução nº 17 e 22, de março de 2020
	Facilitação e simplificação das atividades de licenciamento, controle ou fiscalização de importações para produtos de uso médico-hospitalar.	
	Desoneração temporária de IPI sobre bens produzidos internamente e importados que sejam necessários ao combate do Covid-19.	Presidência da República Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020
	Simplificação do despacho aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar.	Receita Federal Instrução Normativa nº 1.927, de 17 de março de 2020
	Controle de exportação para evitar o desabastecimento de produtos de combate COVID-19.	SECEX - ME Portaria nº 16, de 18 de março de 2020
	Suspensão do licenciamento não automático de importação para produtos de saúde sob direito antidumping.	SECEX - ME Portaria nº 18, de 20 de março de 2020
Flexibilização dos requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos estabelecidos para o combate do Covid-1.	ANVISA Resolução RDC nº 356, de 23 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Combate à pandemia	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	
	Suspensão da exigência de licenciamento de importação para tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo e de seringas descartáveis de uso geral dos países que especifica.	CAMEX – ME Portaria nº 18, de 20 de março de 2020
	Proibição ou restrição de exportação de saneantes, produtos para a saúde, medicamentos e imunobiológicos.	Projeto de Lei nº 668/2020 (aprovado Senado / aguarda votação na Câmara dos Deputados)
	CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E MERCADORIAS	
	Fechamento das fronteiras com a Venezuela e o Uruguai.	Casa Civil - Presidência de República Portarias nº 120 e 132, de março de 2020
	Fechamento das fronteiras por 15 dias com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 125, de 19 de março de 2020
	Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via aérea, de estrangeiros provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Comunidade da Austrália, Japão, Malásia e Coréia.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 126, de 19 de março de 2020
	Restrições de embarque e desembarque e orientações nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária.	CONAPORTOS - Ministério da Infraestrutura Resolução nº 2, de 25 de março de 2020

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Outras medidas adotadas	USO DOS MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO PREVISTOS NAS REGRAS FISCAIS	
	Reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020.	Decreto Legislativo nº 6/2020
	ATIVIDADES ESSENCIAIS	
	Garantir o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais .	MP 926, de 20 de março de 2020 – procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos da emergência de saúde pública.
	Definição dos serviços públicos e das atividades essenciais .	Presidência da República Decretos nº 10.282, 10.288 e 10.292, de março de 2020
	Atividades essenciais para funcionamento da cadeia de produção de alimentos e bebidas .	Ministério da Agricultura Portaria nº 116, de 26 de março de 2020.
	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	
	Condições alternativas aos Organismos de Certificação de Produtos (OCP) para avaliação da conformidade em plantas fabris localizadas em países afetados pelo coronavírus.	INMETRO Portaria nº 79, de 4 de março de 2020
	Condições extraordinárias para os serviços regulamentados de avaliação da conformidade .	INMETRO Portaria nº 99, de 20 de março de 2020
	Prorroga a validade dos certificados de verificação que estão para vencer no período de estado de emergência.	INMETRO Portaria nº 101, de 20 de março de 2020
Suspensão da compulsoriedade da certificação de suprimentos médico hospitalares .	INMETRO Portaria nº 102, de 20 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Outras medidas adotadas	TRANSPORTE	
	Tabelamento do frete – suspensão do CIOT e prorrogação da validade dos certificados do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.	ANTT Resolução nº 5.876, de 20 de março de 2020
	Suspensão, pelo prazo de 90 dias, as atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais.	ANTT Portaria nº 117, de 25 de março de 2020
	FLEXIBILIAÇÃO DE PRAZOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	
	Prorrogação, até 29 de junho de 2020, do prazo regular para entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP de 2020 .	IBAMA Instrução Normativa nº 12, de 25 de março de 2020
	Suspensão de 20 de março a 30 de abril de prazos processuais e materiais no âmbito da ANM (cumprimento de exigências, CFEM).	Agência Nacional de Mineração Resolução nº 28, de 24 de março de 2020
	Prorrogação, para 30 de junho, do prazo para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) de 2019 – Simples Nacional.	Secretaria Especial da Fazenda - ME Resolução nº 153, de 25 de março de 2020
	Prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do valor mínimo de R\$ 500,00 para início de parcelamento de dívidas com a Fazenda Nacional .	RFB/PGFN Portaria Conjunta nº 541, de 20 de março de 2020
Suspensão de procedimentos administrativos no âmbito da Receita Federal até 29 de maio de 2020.	RFB Portaria nº 543, de 20 de março de 2020	